



ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ: 33.544.370/0001-49
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 892 de 12/04/62.
D.O.U. de 13/04/1962

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2013				2012			
	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais	Total Entidade	Área Educacional	Área Social	Outras Atividades Institucionais	Total Entidade
CIRCULANTE	183.231.695	916.673	280.168.891	464.317.259	177.239.208	1.073.606	237.511.765	415.824.579
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	176.100.271	469.147	208.883.584	385.453.002	171.665.720	279.172	218.475.775	390.420.667
Clientes e outros recebíveis (nota 6)	3.989.340	-	3.956	3.956	3.956	-	4.956	3.840.688
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.092.511)	-	-	(2.092.511)	(1.602.695)	-	-	(1.602.695)
Estoques (nota 8)	1.896.829	-	3.956	1.900.785	2.233.037	-	4.956	2.237.993
Outros recebíveis (nota 9)	413.999	-	231.251	644.750	375.772	-	49.706	425.478
Outras contas a receber (nota 10)	4.776.762	416.727	62.627.823	62.640.106	13.659	11.224.982	11.238.641	11.238.641
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(190.783)	(190.783)	-	-	-	-
Despesas antecipadas (nota 7)	4.776.762	416.727	8.093.744	13.287.233	2.855.766	792.773	7.476.905	11.125.443
32.051	30.799	328.533	391.383	95.254	1.662	-	-	-
1.392.519	-	1.176.032.515	1.177.425.034	8.318.241	-	1.183.335.616	1.191.653.857	
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	-	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.245.492	-	11.203.183	19.448.675	8.856.360	-	12.172.998	21.029.358
Aplicações financeiras em litígio (nota 11)	(8.245.492)	-	(11.203.183)	(19.448.675)	(4.378.060)	-	(12.172.998)	(17.052.058)
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	3.977.299	-	-	3.977.299
Cobrança judicial	3.208.969	-	81.935	3.290.904	3.087.839	-	81.935	3.169.775
Depósitos judiciais	1.383.586	-	5.341.451	6.725.037	1.253.102	-	4.359.841	5.612.944
Outros recebíveis	-	-	220.000	220.000	-	-	44.862.547	44.862.547
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.200.036)	-	-	(3.200.036)	-	-	-	-
1.392.519	-	5.643.386	7.035.905	4.340.942	-	49.304.324	53.645.265	
Investimentos	-	-	193.090	193.090	-	-	181.090	181.090
Imobilizado (nota 12)	-	-	1.168.669.197	1.168.669.197	-	-	1.132.155.854	1.132.155.854
Intangível	-	-	1.526.842	1.526.842	-	-	1.694.349	1.694.349
TOTAL ATIVO	184.624.214	916.673	1.456.201.406	1.641.742.293	185.557.449	1.073.606	1.420.847.381	1.607.478.436
PASSIVO	-	-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (Valores expressos em reais)

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
1 - Receita Bruta Prestação Serviço Educacional	153.781.890	138.144.681	-	-
(+) Encargos Educacionais Educação Básica com Bolsas de Estudo (nota 20)	149.289.282	134.433.152	-	-
(+) Outros Serviços Educacionais (taxas, serviço de secretaria e outros) (nota 20)	4.492.608	3.711.529	-	-
1.1 (-) Deduções	(62.393)	(67.648)	-	-
(-) Cancelamentos	(52.894)	(22.598)	-	-
(-) Devoluções	(9.499)	(45.090)	-	-
1.2 Receita Líquida de Prestação Serviço Educacional	153.719.497	138.077.033	-	-
1.3 (-) Custos Serviços Prestados:	(102.422.314)	(92.147.251)	-	-
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos (nota 21)	(86.437.199)	(77.242.065)	-	-
(-) Serviços Gerais	(5.363.573)	(4.995.688)	-	-
(-) Serviços Técnicos Profissionais	(337.343)	(325.490)	-	-
(-) Despesas Comerciais	(1.133.572)	(1.226.201)	-	-
(-) Despesas Gerais	(9.125.180)	(8.317.372)	-	-
(-) Tributos e Contribuições	(25.267)	(140.435)	-	-
1.4 (=) Superávit/Déficit Bruto Serviço Educacional	51.297.183	45.929.782	-	-
1.5 (-) Despesas Operacionais Área Educacional:	(40.173.615)	(30.416.594)	-	-
1.5.1 (-) Despesas Administrativas e Operacionais:	(9.634.247)	(1.352.811)	-	-
(-) Seguros	(335.242)	(317.909)	-	-
(-) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(8.051.813)	(319.111)	-	-
(-) Perdas por ajustes patrimoniais - Veículos	-	-	-	-
(-) Despesas Financeiras (nota 22)	(1.260.950)	(1.254.646)	-	-
(-) Depreciação/Amortização	-	-	-	-
(-) Outras Despesas	-	-	-	-
(+) Recuperação de despesas	13.758	538.855	-	-
1.5.2 (-) Despesas com Assistência Educacional:	(30.539.369)	(29.063.783)	-	-
(-) Bolsas 100% Educação Básica - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	(18.450.069)	(17.813.368)	-	-
(-) Bolsas 50% Educação Básica - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	(3.231.082)	(2.881.611)	-	-
(-) Bolsas Remanescentes - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	-	(94.781)	-	-
(-) Bolsas Institucionais Sindicais (Funcionários e filhos de funcionários)	(5.295.925)	(5.046.158)	-	-
(-) Bolsas Institucionais Sociais	(3.522.993)	(3.227.895)	-	-
1.6 Outras Receitas	17.594.248	16.438.368	-	-
(+) Contribuições Previdenciárias Isentas	17.594.248	16.438.368	-	-
1.7 Outras Despesas	(17.594.248)	(16.438.368)	-	-
(-) Contribuições Previdenciárias Isentas	(17.594.248)	(16.438.368)	-	-
1.8 (=) Superávit/Déficit Operacional Educacional	11.123.567	15.513.188	-	-
2 - (+) Receita Bruta Prestação Área Social:	57.545	557.903	-	-
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos (nota 20)	-	551.484	-	-
(+) Receitas Financeiras (nota 22)	55.047	3.643	-	-
(+) Outras Receitas (nota 20)	2.498	2.775	-	-
2.1 (-) Deduções	-	-	-	-
(-) Cancelamentos	-	-	-	-
(-) Devoluções	-	-	-	-
2.2 Receita Líquida de Prestação Área Social	57.545	557.903	-	-
2.3 (-) Custos Serviços Prestados:	-	-	-	-
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos (nota 21)	-	-	-	-
(-) Serviços Gerais	-	-	-	-
(-) Serviços Técnicos Profissionais	-	-	-	-
(-) Despesas Gerais	-	-	-	-
(-) Tributos e Contribuições	-	-	-	-
(-) Seguros	-	-	-	-
(-) Despesas Financeiras (nota 22)	-	-	-	-
2.5.2 (-) Despesas com Assistência Social:	(11.939.885)	(11.406.366)	-	-
(-) Atividades Educacionais Próprias - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	(955.953)	(237.661)	-	-
(-) Atividades Educacionais Terceiros - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	(42.000)	(36.000)	-	-
(-) Programa de Assistência Social Própria - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	-	-	-	-
(-) Programa de Assistência Social Parceiros - Critério Legislação Vigente (Lei 12.101/09)	(9.336.121)	(9.278.149)	-	-
(-) Outras Ações	(1.605.812)	(1.854.555)	-	-
2.6 Outras Receitas	60.533	0	-	-
(+) Contribuições Previdenciárias Isentas	60.533	-	-	-
2.7 Outras Despesas	(60.533)	0	-	-
(-) Contribuições Previdenciárias Isentas	(60.533)	-	-	-
2.8 (=) Superávit/Déficit Operacional Área Social	(14.279.450)	(12.880.478)	-	-
2.9 (+) Receita das Atividades Associativas	89.278.317	87.529.935	-	-
(+) Receitas Patrimoniais (nota 20)	48.458.151	46.317.585	-	-
(+) Receitas Financeiras (nota 22)	30.462.278	33.704.884	-	-
(+) Receita com Doações (nota 20)	1.611.028	1.254.162	-	-
(+) Outras Receitas (nota 20)	8.746.859	6.253.304	-	-
3.1 (-) Deduções:	(17.630)	(15.014)	-	-
(-) Devoluções	(17.630)	(15.014)	-	-
3.2 Receita Líquida das Atividades Associativas	89.260.687	87.514.922	-	-
3.3 (-) Custos Serviços Prestados:	-	-	-	-
3.3.1 (=) Superávit Bruto das Atividades Associativas	89.260.687	87.514.922	-	-
3.5 (-) Despesas Operacionais Atividades Associativas:	(54.628.131)	(52.872.854)	-	-
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos (nota 21)	(13.286.616)	(12.089.854)	-	-
(-) Serviços Gerais	(9.603.793)	(10.495.568)	-	-
(-) Serviços Técnicos Profissionais	(542.368)	(387.188)	-	-
(-) Gastos Gerais	(7.741.770)	(7.365.448)	-	-
(-) Tributos e Contribuições	(336.083)	(345.195)	-	-
(-) Seguros	(141.743)	(126.503)	-	-
(-) Despesas Financeiras (nota 22)	(459.102)	(61.081)	-	-
(-) Despesas Comerciais	(78.140)	(2.897.737)	-	-
(-) Despesas Patrimoniais	(4.312.911)	(690.653)	-	-
(-) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(18.320.172)	(15.792.172)	-	-
(-) Perdas por ajustes patrimoniais - Veículos	(190.783)	(1.101.132)	-	-
(-) Despesas Operações Descontinuadas	-	-	-	-
(+) Recuperação de Despesas	385.351	403.409	-	-
3.6 Outras Receitas	2.588.115	2.479.121	-	-
(+) Contribuições Previdenciárias Isentas	2.588.115	2.479.121	-	-
3.7 Outras Despesas	(2.588.115)	(2.479.121)	-	-
(-) Contribuições Previdenciárias Isentas	(2.588.115)	(2.479.121)	-	-
3.8 (=) Superávit Operacional Atividades Associativas	34.632.556	34.642.068	-	-
4 - (=) Superávit do exercício	31.476.673	37.274.778	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2013		2012	
	Patrimônio social	Superávit ou Déficit Acumulado	Superávit do exercício	Ajuste patrimonial
Incorporações ao patrimônio social	525.441.114	10.337.076	39.709.360	967.492.107
Superávit do exercício	50.046.436	(10.337.076)	(39.709.360)	-
Ajuste patrimonial	-	-	37.274.778	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	(990.998)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(11.165.911)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	575.487.551	11.352.573	37.274.778	955.335.198
Incorporações ao patrimônio social	48.627.351	(11.352.573)	(37.274.778)	-
Superávit do exercício	-	-	31.476.673	-
Ajuste patrimonial	-	-	-	(620.666)
Realização do ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	(10.583.245)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	624.114.902	10.583.245	31.476.673	944.131.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Superávits do exercício	31.476.673	37.274.778	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	169.862	-	-
Realização de ajuste avaliação patrimonial	(620.666)	(990.998)	-	-
Depreciação e amortização	18.449.107	15.658.377	-	-
Perdas por ajustes patrimoniais	(18.612)	(35.284)	-	-
Superávit / Déficit Operacional Ajustado	49.286.502	52.093.535	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-	-	-
Varição de clientes e outros recebíveis	(152.608)	589.760	-	-
Varição de estoques	(219.272)	(55.073)	-	-
Varição de despesas antecipadas	(15.026)	44.136	-	-
Varição de outros recebíveis - circulante e não circulante	(5.178.235)	(11.164.215)	-	-
Varição de outras contas a receber - circulante e não circulante	(2.352.573)	(2.717.889)	-	-
Varição de cobrança judicial e depósitos judiciais longo prazo	(1.233.223)	(1.143.913)	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.272.252	1.038.679	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(2.873.685)	(13.407.515)	-	-
(Aumento) (redução) nos passivos operacionais	-	-	-	-
Varição de fornecedores	63.467	857.665	-	-
Varições de tributos e contribuições a recolher	233.771	507.172	-	-
Varições de salários e encargos sociais	118.457	271.402	-	-
Varição de receitas antecipadas	1.592.764	939.406	-	-
Varição de outras contas a pagar	(142.484)	(1.136.309)	-	-
Varição de outras obrigações	1.541.875	(119.475)	-	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais	3.407.849	1.319.502	-	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	49.820.666	40.005.522	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-	-	-
Investimentos	(12.000)	(39.100)	-	-
Aquisição de imobilizado líquido	(54.337.270)	(24.853.001)	-	-
Intangível	(139.062)	(115.672)	-	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(54.788.331)	(25.007.773)	-	-
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE	(4.967.665)	14.997.749	-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	390.420.667	375.422.918	-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO	385.453.002	390.420.667	-	-
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE	(4.967.665)	14.997.749	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

RECEITAS	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Receita de Atividades da Área Educacional	153.719.497	138.077.033	-	-
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	-	-	(8.051.813)	(319.111)
Receitas Patrimoniais	48.458.151	46.317.585	-	-
Doações e subvenções	1.611.028	1.805.646	-	-
Outras receitas	8.731.726	6.241.066	-	-
204.468.529	192.122.219	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.828.453	33.306.056	-	-
Outras despesas líquidas	1.211.892	2.599.239	-	-
39.040.344	<			



ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS

CNPJ: 33.544.370/0001-49
Declaração de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 892 de 12/04/62,
D.O.U. de 13/04/1962

21. Despesas com Pessoal

	Educação		Social		Outras Atividades Institucionais	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ordenados e salários.....	75.378.701	67.347.564	1.407.287	1.126.371	10.319.836	9.535.154
Encargos sociais.....	7.579.353	6.168.950	132.797	148.892	1.432.096	1.047.405
Benefícios a empregados.....	3.479.145	3.725.551	132.840	50.352	1.534.684	1.507.295
Outras remunerações.....	-	-	-	-	-	-
Total	86.437.199	77.242.065	1.672.924	1.325.615	13.286.616	12.089.854

22. Resultado Financeiro Líquido

	Educação		Social		Outras Atividades Institucionais	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Recitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras.....	-	-	9.954	3.643	29.268.048	32.873.394
Descontos, juros de mora.....	-	-	45.093	-	1.194.230	831.490
Despesas Financeiras	-	-	55.047	3.643	30.462.278	33.704.884
Juros, multas pagas ou incorridos, variações monetárias.....	72.138	7.603	-	-	35.730	23.168
Descontos concedidos.....	1.009.261	1.150.520	-	-	110.072	4.515
Comissões e despesas bancárias.....	179.551	96.523	-	-	313.300	33.398
Outras despesas bancárias.....	1.260.950	1.254.646	-	-	459.102	61.081
Total	1.260.950	1.254.646	55.047	3.643	30.003.176	33.643.802

Recitas Financeiras

Rendimentos de aplicações financeiras.....	-	-	9.954	3.643	29.268.048	32.873.394
Descontos, juros de mora.....	-	-	45.093	-	1.194.230	831.490
Despesas Financeiras	-	-	55.047	3.643	30.462.278	33.704.884

Despesas Financeiras

Juros, multas pagas ou incorridos, variações monetárias.....	72.138	7.603	-	-	35.730	23.168
Descontos concedidos.....	1.009.261	1.150.520	-	-	110.072	4.515
Comissões e despesas bancárias.....	179.551	96.523	-	-	313.300	33.398
Outras despesas bancárias.....	1.260.950	1.254.646	-	-	459.102	61.081

Resultado Financeiro Líquido

Total	1.260.950	1.254.646	55.047	3.643	30.003.176	33.643.802
--------------	------------------	------------------	---------------	--------------	-------------------	-------------------

23. **Instrumentos Financeiros:** Nos exercícios de 2013 e 2012, a Entidade não participou e nem tampouco manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não serem aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

24. **Provisão para Contingências:** A Entidade até 31 de dezembro de 2013 responde por processos de natureza trabalhista e cível, cuja perda não é considerada como provável, razão pela qual não constitui provisão para estas contingências. Em maio de 2003, a Secretaria da Receita Federal do Rio de Janeiro expediu Ato Declaratório de suspensão do benefício da imunidade tributária da Entidade, no período de 1997 a 2000, lavrando autos de infração contra a Entidade, para constituição de crédito tributário de COFINS, PIS- Faturamento, IRPJ e CSLL. Já foi proferida decisão administrativa final reconhecendo a manutenção da imunidade para os anos-calendário de 1997, 1999 e 2000 e o afastamento dessa imunidade apenas para o ano-calendário de 1998. Em decorrência dessa decisão, alguns autos de infração já foram cancelados quanto aos débitos dos anos-calendário cuja imunidade foi reconhecida. Assim, encontra-se pendente de julgamento na esfera administrativa: (i) o mérito das autuações fiscais quanto ao ano-calendário de 1998; e (ii) o auto de infração de PIS, o qual teve decisão favorável à Entidade e está sujeito apenas à possível interposição de recurso especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Em janeiro de 2005, a Entidade foi notificada pela Secretaria da Receita Previdenciária do Rio de Janeiro, sobre infração Fiscal lavrada pela Auditoria Fiscal da Previdência Social, que sugere medidas objetivando o cancelamento da isenção previdenciária no período de 1998 a 2003, em virtude de descumprimento de requisitos legais. A Entidade apresentou defesa contra a infração Fiscal, estando em fase de apreciação e discussão no âmbito administrativo. A Entidade possui, ainda, execução fiscal de PIS, no valor original de R\$ 7.534.747,34, a qual se encontra garantida e cujas chances de perda são possíveis.

25. **Cobertura de Seguros (Não Auditada):** A Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

26. **Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. O montante desse serviço em 2013 corresponde a R\$ 2.497,50. O valor ora realizado está registrado em contas de resultado específicas.

27. **Informações nas Áreas de Educação e Assistência Social:** Desde sua fundação em Agosto de 1900, a Instituição valoriza os conceitos de cidadania, ética e solidariedade e cumpre sua missão trabalhando para que as ações por ela desenvolvidas sejam respostas efetivas às demandas sociais, estabelecendo parcerias com outras instituições de Assistência Social. A ANEAS aposta no trabalho em rede para ampliar o alcance de suas ações de educação, inclusão e promoção social, contribuindo para a conquista de uma sociedade mais justa e digna. Por não desenvolver suas atividades exclusivamente no Estado de São Paulo, a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS apresenta sua infraestrutura e a localização de suas unidades conforme mapa ilustrativo:

- São Paulo**
- Mantenedora
 - Colégio São Luís
 - Colégio São Francisco Xavier
 - Anchieta
 - Centro Infancia
 - Centro Pastoral Santa Fé
 - Pátio do Colégio
 - Vila Kostka
 - Centro Social Jesuítas - OCA

Rio de Janeiro

- Colégio Santo Inácio
- Colégio Anchieta
- Centro Cultural João XXIII
- Casa de Retiros Padre Anchieta
- Residência da Universidade Católica

Rio de Janeiro

São Paulo

28. **Área da Educação:** A Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS, desenvolveu suas atividades na área da educação em conformidade com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O trabalho realizado pela ANEAS na área da educação tem por premissa que a educação é elemento constitutivo do ser humano e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ele nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal. As unidades educacionais da ANEAS assumem como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecida no art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96: "Educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A atuação da ANEAS se estende desde a Educação Básica, nos três níveis de ensino, Infantil, Fundamental e Médio, passando pela Educação de Jovens e Adultos e pela Educação Profissional Técnica. A ANEAS acredita que no processo de universalização e democratização do ensino onde os déficits educacionais e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ser na educação um meio auxiliar de indiscutível eficácia, desempenhando um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. A pedagogia, arte e ciência de ensinar não devem ser reduzidas a uma mera metodologia. Ela deve incluir uma nova perspectiva de mundo que possa formar homens e mulheres capazes de transformar a sociedade em que vivem praticando igualdade e justiça.

29. **Identificação dos Serviços Prestados na Área da Educação - Programa de Bolsa de Estudos:** Em todas as suas unidades de ensino, a ANEAS contou com profissionais técnicos de Serviço Social para avaliarem a Concessão das Bolsas Filantrópicas seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.101/2009 alterada pela Lei nº 12.868/2013. Os critérios para concessão foram utilizados em todos os seguimentos educacionais, cujo perfil seja condizente com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.101/2009 de 27 de Novembro de 2009, regulamentada pelo decreto nº 7.237/2010 de 20 de Julho de 2010. Os Programas de concessão adotaram os seguintes procedimentos e normas: Editais; Requerimento de inscrição no Programa; Preenchimento do perfil socioeconômico; Processo seletivo, quando for o caso; Entrevista social e Parecer Técnico; Visita domiciliar e Análise da documentação.

30. **Concessão dos Recursos em Assistência Educacional - Educação Básica:** A Entidade, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto nº 7.237/10 ofereceu bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: A bolsa de estudo integral foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1/12 (um doze) salário mínimo. A bolsa de estudo parcial foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. E ainda, proximidade da residência, desempenho escolar, anos de estudo na instituição; doença crônica; ausência do responsável financeiro e sorteio. A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei nº 12.101/09, descrito a seguir: "Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento)" da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

Demonstrativo de Gratuidades		31/12/2013
Base de Cálculo		R\$
Receita de mensalidades a receber no início do exercício.....		1.537.205
(+) Receita Bruta de mensalidade do exercício.....		149.289.282
(-) Bolsas de estudo integrais.....		(18.450.069)
(-) Bolsas de estudo parciais.....		(12.089.299)
(-) Devoluções/cancelamentos anuidades do exercício.....		(52.894)
(-) Descontos incondicionais concedidos sobre mensalidade do exercício.....		-
(-) Perdas no recebimento de mensalidade.....		-
(-) Mensalidades a receber no final do exercício.....		(1.626.186)
(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo).....		118.608.039
Aplicação mínima em gratuidades (art. 13 Lei nº 12.101/09).....		23.721.608
Gratuidade realizada.....		43.315.860
Percentual da aplicação em gratuidades.....		36,52%

Gratuidade Concedida - 2013

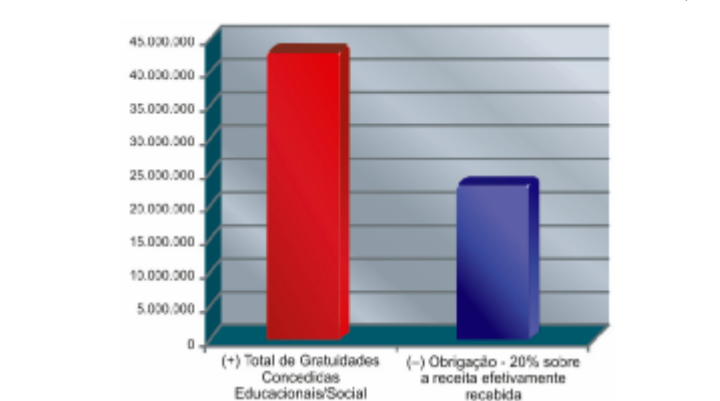
Em Educação	Valores
Bolsas de Estudo.....	26,55%
Programa de apoio ao aluno bolsista.....	30.539.369
Programa de apoio ao aluno bolsista.....	955.953
Ent. Ações Sociais.....	9,97%
Atividades Educacionais.....	42.000
Ações Sócio Assistenciais.....	11.778.539
Total Gratuidade Educacional/Social Concedida.....	43.315.860

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a NBC ITG 2002/12 - Entidades sem Finalidade de Lucro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e pelos controles internos que ela determinou para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANEAS em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Sem Fins Lucrativos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes - 2012:** As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram auditadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram relatório de auditoria datado de 28 de março de 2013, sem ressalvas. **Demonstração do Valor Adicionado:** Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da entidade, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. São Paulo, 27 de março de 2014.

Celso Luiz da Costa Lobo - Contador - CRC-1SP251526/O-6. Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S - CRC-2SP016754/O-1

Comparativo Obrigação (20%) Com a Gratuidade Concedida	
(+) Total de Gratuidades Concedidas Educacionais/Social.....	43.315.860
(-) Obrigação - 20% sobre a receita efetivamente recebida.....	23.721.608
(=) Gratuidade Concedida a Maior que a Obrigação.....	19.594.251,91
Percentual de Gratuidades Concedidas.....	36,52%



31. **Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais:** Em atendimento ao artigo 13 da Lei nº 12.101/09 (Educação Básica), a instituição concedeu 1 bolsa integral para cada 9 estudantes pagantes no ano de 2013, e também em atendimento a Lei nº 12.868/2013, realizamos os dois cálculos afim de evidenciar o cumprimento em detrimento as legislações vigentes conforme demonstração abaixo:

Educação básica	Quantidade
Alunos matriculados.....	8.891
Alunos pagantes.....	7.383
Alunos necessários (1/9).....	820
Alunos necessários (1/5) - Lei nº 12.868/2013.....	1.477
Alunos com bolsa integral 100%.....	1.508
Alunos com bolsa parcial 50%.....	431
Total de Bolsas Filantrópicas realizadas em 2013.....	1.939

32. Identificação dos Serviços Prestados na Área da Educação - Programas Educacionais para Bolsistas

Programas	Descrição	Unidade
Programa de Concessão de Bolsa de Estudo	O Programa destina-se a conceder Bolsas Filantrópicas integrais ou parciais 100% ou parciais 50% aos alunos em comprovada situação de vulnerabilidade social permanente ou temporária na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. De acordo com a Lei nº 12.101/2009 e o decreto nº 7.237/2010, observando a proporcionalidade de uma bolsa integral para cada nove alunos pagantes. Tendo por princípio que a "Colaboração com os outros na sua missão - Nossa contribuição apostólica na construção de outro mundo possível só será eficaz e fecunda com a riqueza da colaboração com os outros. Tal colaboração é constitutiva do nosso modo de proceder. (Plano Apostólico - Jesuítas)".	Colégio Santo Inácio - RJ Colégio Anchieta - RJ Colégio São Francisco Xavier - SP Colégio São Luís - SP
Programa de Educação Formal com Perspectiva de Educação Popular (EJA - Educação Profissional)	O Programa destina-se a atender gratuitamente, por meio de bolsa de estudo, jovens e adultos que não tiveram acesso à educação no período regular ou que precisaram interromper os estudos em função de trabalho e que agora buscam a superação do atraso escolar, ou ainda aqueles que já tenham concluído o ensino médio, em comprovada situação de vulnerabilidade social. Tendo por premissa que a principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele.	Colégio Santo Inácio - RJ
Programa de Apoio a Alunos Bolsistas	O Programa destina-se a promover a integração dos alunos beneficiados pelas bolsas de estudo acima, mediante um acompanhamento psicopedagógico. O aluno receberá material escolar, uniforme, alimentação, transporte, reforço acadêmico, como também participará de atividades esportivas e culturais.	Colégio Santo Inácio - RJ Colégio São Luís - SP

33. Número de Beneficiários dos Programas na Área da Educação

Especificação	Programas	Unidades	Beneficiários
Bolsa de Estudo	Programa de Concessão de Bolsa de Estudo Educação Básica	Colégio Santo Inácio - RJ Colégio Anchieta - RJ Colégio São Francisco Xavier - SP Colégio São Luís - SP	912
	Programa de Educação Formal com Perspectiva de Educação Popular (EJA - Curso Profissionalizante)	Colégio Santo Inácio - RJ	1.027
	Programa de Apoio a Alunos Bolsistas	Colégio Santo Inácio - RJ Colégio São Luís - SP	547
Total de Beneficiários na Área da Educação (*) Neste cálculo não estão computados os beneficiários do Programa de Apoio a Alunos Bolsistas para não haver duplicidade de beneficiários.			1.939

34. **Obrigações da Educação para fins de CEBAS:** Conforme determinação do artigo 40 da Lei nº 12.101/09 e o Decreto nº 7.237/10 a Entidade já procedeu à entrega da documentação em meio físico, para renovação do triênio junto ao Ministério da Educação, em maio de 2012. A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). Em fevereiro de 2014 a Entidade teve seu processo de renovação do ano base 2008 indeferido pelo MEC, porém tal processo encontra-se no âmbito administrativo para fins de revisão.

35. **Área da Assistência Social, Identificação dos Serviços, Programas e Projetos Desenvolvidos:** A Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS, desenvolveu suas atividades na área da assistência social no ano de 2013. Dessa forma baseou o desenvolvimento de serviços e projetos em conformidade com a Política de Assistência Social vigente: Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 7.237/2010; Resolução CNAS nº 109 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); Lei nº 8.742 (LOAS); Norma Operacional Básica (NOB) e outras. Seguindo a direção presente na Política Nacional de Assistência Social - PNAS a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS) buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange às áreas territoriais atendidas seja pelas suas unidades sociais diretas ou pelas parcerias estabelecidas, objetivando a efetivação da assistência social como direito do cidadão. O trabalho realizado teve por objetivo melhorar as relações sociais estabelecidas de forma a garantir que cada indivíduo seja visto como sujeito de direitos e protagonista de sua história. Promoveu o desenvolvimento de serviços, programas e projetos que proporcionaram as comunidades locais o acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Dentro da proteção social básica priorizou-se o atendimento as crianças, adolescentes e idosos, ofertando um espaço de referência, convívio e desenvolvimento. Buscou constantemente a articulação em rede e procurou ter participação ativa nos Conselhos Municipais de Assistência Social nos municípios de sua atuação.

36. **Formalização dos Projetos Sociais:** A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formalizou em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto

37. Identificação dos Serviços, Programas e Projetos Desenvolvidos na Área de Assistência Social

Classificação	Identificação	Unidade
Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos	Programa de Assessoramento Técnico/ Financeiro	ANEAS/Sede Entidades Beneficiadas: PUC/RJ Fundação Fé e Alegria/ Mantenedora Fundação Fé e Alegria/Mantidas Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas/RJ
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	ANEAS - Centro Santa Fé/SP ANEAS - Centro Social Jesuítas - OCA/Embu das Artes
Proteção Social Básica	Prevê a transferência de recursos financeiros através de convênio firmado com outras entidades com atuação preponderante ou não na área da assistência social, a fim de subsidiar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais e/ou sua atuação na defesa e garantia de direitos.	
	Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (Resolução CNAS nº 109/11 de novembro de 2009).	

38. Número de Beneficiários dos Projetos e Projetos na Área Social

Especificação	Projeto	Unidade	Beneficiários
Proteção Social Básica	Ações Socioeducativas para Adolescentes	Centro Santa Fé	303
	Oficinas Culturais Anchieta - OCA	Centro Social Jesuítas - OCA	256
	Total de Beneficiários Diretos		559
Assessoramento Técnico Financeiro com Instituições Parceiras	Programa de Assessoramento Técnico/Financeiro	17 Projetos Sociais	Beneficiários indiretos - 9.716
Total de Beneficiários Indiretos			9.716
Total de Beneficiários na Área da Assistência Social			10.275

39. **Obrigações da Área Social para fins de CEBAS:** Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social, e seguem a Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10.

40. **Parcerias - Parcerias Entre Entidades Privadas, sem fins Lucrativos:** A ANEAS desenvolveu de forma contínua, permanente e planejada o seu Programa de Assessoramento Técnico / Financeiro, objetivando estender suas ações a um contingente expressivo de usuários em situação de vulnerabilidade social, para o fortalecimento e autonomia dos sujeitos e grupos na efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social, conforme resolução 27 de 19 de setembro/2011. Prevendo a cooperação financeira através do repasse de recursos da ANEAS para outras Entidades Beneficiárias de Assistência Social, na forma estabelecida pelo Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010, art. 3º, IV, § 3º, a ser utilizado exclusivamente nos termos dispostos no contrato de transferência de recursos, a fim de garantir as entidades beneficiadas continuidade da prestação de seus serviços de assistência social. **Público Alvo:** Outras entidades com atuação preponderante ou não na área da assistência social, a fim de subsidiar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e/ ou sua atuação na defesa e garantia de direitos.

PROJETOS

a. Projetos Próprios Educacionais - Vigência da Lei nº 12.101/2009	Valor Total	Nº total de pessoas beneficiadas:
- Programa de apoio aos alunos bolsistas	R\$ 955.953	547
- Benefícios Ofertados (Material de Didático, Transporte, Uniforme e Outros).....		Nº pessoas beneficiadas: 547 955.953
b. Projetos Próprios Assistenciais - Vigência da Lei nº 12.101/2009	Valor Total	Nº total de pessoas beneficiadas:
- Projeto OCA - Oficinas Culturais Anchieta.....	R\$ 2.513.390	955
- Projeto Ações Sócioeducativas para Adolescentes	1.109.812	256
- CSF.....	1.403.578	303
c. Projetos de Parcerias Educacionais - Vigência da Lei nº 12.101/2009	Valor Total	Nº total de pessoas beneficiadas:
- Projeto Serv. Educacional - Ed. Infantil.....	R\$ 14	14
d. Projetos de Parcerias Assistenciais - Vigência da Lei nº 12.101/2009	Valor Total	Nº total de pessoas beneficiadas:
- Projeto Aprender - RJ.....	R\$ 9,716	401
- Fundo Emerg Solidariedade da PUC - RJ.....	954	1.044.472
- Projeto FAIS - Fé, Alegria e Integração Social - BA	600	429.987
- Projeto Rede Social de Apoio Fé e Alegria - RJ.....	427	451.525
-		